

■ CÂMARA DOS DEPUTADOS

As sessões deliberativas da semana ocorrem de segunda (03/07) a sexta-feira (07/07), até 12h. A pauta girará em torno dos projetos do CARF (PL 2.384/2023), PAA (PL 2.9220/2023), Ensino integral (PL 2.617/2023), reforma tributária (PEC 45/2019) e arcabouço fiscal (PLP 93/2023).

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

A Comissão realiza reunião nesta quarta-feira (05/07) a partir do requerimento nº 82/2023 - da Sra. Coronel Fernanda - que "requer realização de Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e desenvolvimento Rural; Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional e a Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais, para tratar acerca do AgroÍndígena e sua importância para o desenvolvimento do Brasil através da agricultura familiar indígena".

Discussão do Projeto de Lei nº 3.915/2021 - do Sr. Zé Vitor - que "altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que "Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; altera as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências". Pretende alterar a data de comprovação do exercício de ocupação e de exploração direta, mansa e pacífica, por si ou por seus antecessores, anteriores a 5 de maio de 2014, atualmente e anterior a junho de 2008. Relator: Deputado Alexandre Guimarães – Republicanos - TO

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A comissão terá Audiência Pública a ser realizada na quarta-feira (05/07). Tema: "Economia de baixo carbono: a experiência do Pacto Verde Europeu". Convidados: Ignacio Ybáñez, Embaixador da União Europeia no Brasil; Mercedes Sánchez Varela, Consultora na gestão de projetos de assistência técnica da União Europeia (UE) Membro do Conselho do Instituto Europeu de Políticas Ambientais (IEEP)

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Audiência Pública a ser realizada na quarta-feira (05/07). Tema: "Exploração de petróleo na foz do rio Amazonas e outros assuntos". Convidados: Sra. Marina Silva, Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Sr. Rodrigo Antonio de Agostinho Mendonça, Presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

Em atendimento aos REQ 75/2023 CME, do deputado Ricardo Salles; REQ 82/2023 CME, do deputado Júnior Ferrari; REQ 83/2023 CME, da deputada Silvia Waiãpi; REQ 85/2023 CME, do deputado Lafayette de Andrada; e REQ 86/2023 CME, do deputado Julio Lopes.

Lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Amazônia

Na quarta feira dia (28/06) foi realizado o lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Amazônia, em solenidade na Câmara dos Deputados, em Brasília (DF). A frente trabalha para conscientizar a sociedade, fiscalizar e criar políticas públicas para preservar a Amazônia e sua biodiversidade. Tem o objetivo mobilizar parlamentares e influenciar políticas públicas relacionadas à Amazônia que melhorem a qualidade

de vida da população. A frente é coordenada pela deputada federal professora Goreth (PDT/Amapá). A frente realizará um planejamento estratégico e planos de trabalho para cada área temática, além de promover reuniões periódicas para definir ações futuras e avaliar o progresso. Também estabelecerá estratégias e cronograma de atividades, encaminhará requerimentos propostos pelos membros e organizará diálogos regulares com o Poder Executivo. Além disso, proporá audiências públicas e seminários, e promoverá estudos relacionados ao tema.

SENADO FEDERAL

Foram convocadas sessões de deliberativas no Plenário do Senado nesta terça e quarta feira. Como destaque para o Projeto de Decreto Legislativo 98/2023, que susta artigos do decreto que trata do marco legal do saneamento básico.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Haverá Audiência Pública no dia 04/07 para debater sobre os papéis históricos desempenhados pelas Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Oeste, e sobre a necessidade atual de revisão das missões institucionais dessas autarquias para ajustá-las aos imperativos contemporâneos do processo de desenvolvimento das respectivas regiões. Foram convidados: Adriana Melo Alves, Secretária Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial - SDR, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Danilo Cabral, Superintendente do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE; Paulo Rocha, Superintendente do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM; Luiz Claudio Moreira Lessa, Presidente do Banco da Amazônia - BASA ;

José Aldemir Freire, Diretor de Planejamento do Banco do Nordeste – BNB; Tânia Bacelar, Especialista em Desenvolvimento Regional e Professora Emérita da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Francisco Costa, Pesquisador do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará

CPI DAS ONGS

Será realizada reunião nesta terça-feira (04/07) para realização de uma oitiva. Foram convidados: Marcelo Norkey Duarte Pereira, conselheiro da área de prestação ambiental triunfo do Xingu, no Pará, a fim de prestar informações sobre a atuação de organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público na região amazônica; Miguel dos Santos Correa, cacique da aldeia Bragança, localizada no município de Santarém, para prestar

esclarecimentos acerca da atuação de determinadas organizações não governamentais que atuam na região; e Luciene Kujãesage Kayabi, liderança do movimento Agroindígena.

ADPF 910: STF julga inconstitucional trechos de decreto de Bolsonaro que flexibilizava normas sobre agrotóxicos

O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou, na sexta-feira (30/06), a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 910, que questionava a constitucionalidade de trechos do Decreto nº 10.833/2021, assinado pelo então presidente Jair Bolsonaro, que buscava flexibilizar normas que tratam da liberação e reclassificação toxicológica de agrotóxicos no Brasil. Por 7 votos a 1, os ministros Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Luís Roberto Barroso, Edson Fachin, Gilmar Mendes, Luiz Fux seguiram o voto da ministra relatora Cármen Lúcia, que declarou inconstitucionais trechos do decreto, conforme solicitado em ação do Partido dos Trabalhadores. Apenas o ministro André Mendonça divergiu da relatora. De acordo com o voto da ministra Cármen Lúcia, o decreto de Bolsonaro deve ser considerado inconstitucional, pois acarretava claro retrocesso ambiental e gerava uma proteção deficiente. Além disso, segundo a ministra relatora a tentativa de retirar a competência tripartite entre MAPA, Ministério da Saúde e Ministério de Meio Ambiente, não pode prevalecer, pois a legislação atual reconhece a “relevância do compartilhamento de determinadas atribuições entre os três órgãos da Administração Pública federal (...) evidenciada a urgência na proteção da saúde, do meio ambiente equilibrado ou desenvolvimento sustentável”.

PF aponta que militar recebeu R\$ 930 mil para vazar dados de operações a garimpeiros da Amazônia

A Polícia Federal apura pagamentos feitas a um tenente-coronel do Exército suspeito de vazar informações sobre operações policiais a um grupo de garimpeiros da região do Japurá, no Norte do Amazonas, próximo à divisa com a Colômbia. Segundo um relatório da PF, Abimael Alves Pinto recebeu R\$ 930 mil entre 2020 e 2022, por meio de uma conta em seu nome, no da mulher e de uma empresa da família. O militar era lotado no subcomando do Batalhão de Selva e cuidava do controle operacional de ações na fronteira.

Os pagamentos foram efetuados por uma empresa de importação e exportação de minérios sediada em Porto Velho, de acordo com o relatório. O dono da companhia foi preso preventivamente pela PF nesta terça-feira. Já o tenente-coronel foi alvo de um mandado de busca e apreensão. Na sua residência, em Ponta Grossa (PR), os agentes apreenderam relógios e joias. O Exército informou que ele é alvo de um Inquérito Policial Militar (IPM) e que o Comando da 5ª Brigada de Cavalaria Blindada cumpriu a ação contra ele em parceria com a Polícia Federal.

STF entende que Bolsonaro foi além de seus poderes em flexibilização armamentista

O STF (Supremo Tribunal Federal) invalidou, por unanimidade, a eficácia de trechos de quatro decretos editados pelo ex-presidente da república Jair Bolsonaro (PL) que flexibilizam as regras para aquisição e porte de armas de fogo. O julgamento, feito em ple-

nário virtual, terminou na sexta-feira (30/06). Entre os dispositivos estão o que afasta o controle do Comando do Exército sobre a aquisição e registro de alguns armamentos e equipamentos e o que permite o porte simultâneo de até duas armas de fogo por cidadãos. As regras já tinham sido suspensas pela ministra Rosa Weber em 2021, e os decretos foram revogados. O tema, porém, ainda precisava ser analisado pelos demais ministros para servir como base para análise de possíveis futuros casos.

Censo 2022: os 11 estados com mais cabeças de gado do que pessoas

O Brasil tem mais cabeças de gado do que população. Como mostrou o Censo 2022, o país tem 203.062.512 de habitantes, enquanto o rebanho bovino é de 224.602.112, segundo dados compilados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A pecuária, por ser uma atividade geralmente mais distante de grandes centros urbanos, leva a curioso fato de alguns estados terem quase dez vezes mais cabeças de gado que pessoas. Rondônia tem a maior diferença entre pessoas e gado, com uma população de 1.581.016 e um rebanho bovino de 15.110.301, uma

relação de quase 9,5 vezes. O Mato Grosso vem logo em seguida, com 2.756.700 pessoas vivendo no estado, e um total de 18.608.503 cabeças de gado. Entre as cidades, a que registra o maior número de animais é São Félix do Xingu, no Pará, com 2,5 milhões de cabeças, e uma população de 65.418 habitantes.

Barroso dá 10 dias para União informar sobre ações contra invasões em terra indígena do Pará.

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu prazo de 10 dias para que a União apresente as providências tomadas em relação à Terra Indígena Apyterewa, localizada no município São Félix do Xingu, no Pará. O objetivo é obter informações sobre o que foi feito em termos de fiscalização, combate à invasões e remoção de gado da área.

A determinação do ministro atende a um pedido da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib). A associação acionou a Corte argumentando que a área, habitada por indígenas de contato recente, é a segunda terra indígena com maior desmatamento acumulado em toda a Amazônia.